



Comissão Pastoral da Terra – Secretaria Nacional  
Assessoria de Comunicação

RELEASE

## Violência: os recordes de 2016

Em 2016 foram registrados **61 assassinatos em conflitos no campo. Isso equivale a uma média de cinco assassinatos por mês.** Destes 61 assassinatos, 13 foram de indígenas, 4 de quilombolas, 6 de mulheres, 16 foram de jovens de 15 a 29 anos, sendo 1 adolescente. Nos últimos 25 anos o número de assassinatos só foi maior em 2003 quando foram registrados 73 assassinatos.

De 2015 para 2016, todas as formas de violência apresentaram crescimento:

|                            | 2015 | 2016 | %   |
|----------------------------|------|------|-----|
| Assassinatos               | 50   | 61   | 22  |
| Tentativas de Assassinatos | 59   | 74   | 25  |
| Ameaças de Morte           | 144  | 200  | 39  |
| Agredidos                  | 187  | 571  | 206 |
| Presos                     | 80   | 228  | 185 |

O número de pessoas presas em conflitos no campo em 2016 teve um aumento de 185%. Do total de prisões, 228, 184 foram na região Norte, mais de 80% do total. 88 somente em Rondônia (39%). O estado que mais assassinou (21 dos 61 assassinatos) também foi o que mais prendeu.

A Amazônia Legal, que compreende toda a região Norte mais partes do Maranhão e Mato Grosso, concentrou, em 2016, 79% dos “assassinatos”: 48 dos 61 registrados; 68% das “tentativas de assassinato”, 50 das 74; 391 das 571 “agressões físicas”, e 171 das 200 “ameaças de morte”, 86%. 192 das 228 pessoas presas. O estado de Rondônia, além de concentrar o maior número de assassinatos e de presos, foi o segundo estado com o maior número de agredidos (141 de um total de 571), o segundo estado com mais ameaças de morte (40 de 200) e, junto com o Mato Grosso do Sul, foi o terceiro estado com mais tentativas de assassinato (10).

### Quatro sombras históricas, base da violência

Leonardo Boff constata que “somos herdeiros de quatro sombras que pesam sobre nós e que originaram e originam a violência”. São: o nosso passado colonial violento, o genocídio indígena, a escravidão, “a mais nefasta de todas”, e a Lei de Terras que excluiu os pobres e afrodescendentes do acesso à terra, e os entregou “ao arbítrio do grande latifúndio, submetidos a trabalhos sem garantias sociais”.

### Lutar não é crime!

2016 se caracterizou por ter sido o ano em que a criminalização dos movimentos do campo chegou a patamares assustadores. Em Goiás, no município de Santa Helena, a ocupação de parte da Usina Santa Helena, por 1.500 famílias ligadas ao MST, desembocou num processo em que pela primeira vez o movimento foi enquadrado na Lei nº 12.850/2013, que tipifica as organizações criminosas. Foi expedido mandado de prisão contra três integrantes do acampamento Padre Josimo, que era como se chamava a ocupação, e contra um coordenador regional e da direção nacional do MST, José Valdir Misnerovicz. Foram presos: um trabalhador, Luiz Batista Borges, ao atender convocação para se apresentar para prestar esclarecimentos, e o dirigente nacional, Valdir, por ser liderança, pelo “domínio do fato”. Outros dois se evadiram. Os pedidos de *Habeas Corpus*, com excelente fundamentação jurídica, foram sistematicamente negados, pelo Tribunal de Justiça do Estado. O STJ também denegou o pedido aos trabalhadores, mas o concedeu a Valdir, fazendo constar que a associação para luta por reforma agrária não configura organização criminosa. Na semana passada, 10 de abril, o ministro Edson Fachin do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o pedido de *Habeas Corpus* impetrado em favor dos trabalhadores retirou da acusação o crime de organização criminosa.

Lamentavelmente, porém, isso não significa ainda que Luiz Borges, que completou no dia 14 passado um ano de detenção, seja posto em liberdade. .

Em novembro de 2016, foi deflagrada, no Paraná, a “Operação Castra” contra lideranças dos Acampamentos Dom Tomás Balduino e Herdeiros da Luta pela Terra, do MST. A operação aconteceu em municípios do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul simultaneamente. Nesta ação, policiais invadiram a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema (SP), sem portarem mandado judicial. Entraram atirando em direção às pessoas que se encontravam na escola. Pela representatividade da escola e pelo simbolismo da atitude ilegal da polícia em invadi-la, a CPT escolheu a imagem deste fato para ilustrar a capa da publicação *Conflitos no Campo Brasil 2016*, bem como para retratar a que ponto chegou a criminalização da luta social que hoje vivemos no nosso país.